



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

30 DE SETEMBRO DE 2022

PRESIDENTE	António Augusto Ribeiro
1ª SECRETÁRIA	Cláudia Alexandra da Cruz O. G. e Vilaverde
2º SECRETÁRIO	César Lopes de Sousa Lourenço

LOCAL DA REUNIÃO	Edifício da ex-Escola Primária de Carva
-------------------------	--

MEMBROS PRESENTES	22 (última folha da ata)
MEMBROS AUSENTES	00 (última folha da ata)

HORA DE ABERTURA	15:00 Horas
HORA DE ENCERRAMENTO	18:40 Horas

PRESENÇAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE	Mário Artur Correia Lopes
VICE-PRESIDENTE	António Luís Marques
VEREADORA	Vilma Cláudia Ribeiro Pereira
VEREADORA	Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR	Joaquim Gomes Pinto
-----------------	----------------------------

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu início aos trabalhos da sessão, começando por saudar todos os presentes. Deixou um agradecimento especial ao Presidente da União de Freguesias de Carva e Vilares por todo o apoio e disponibilidade manifestada em criar as condições mínimas necessárias para que esta sessão se realizasse, hoje, nesta localidade. Esclareceu que, no mandato anterior, foram realizadas sessões em todas as Sedes de Freguesias, faltando realizar em Carva e Palheiros que pertencem à União de Freguesias. Saudou ainda os colaboradores da autarquia que prestam apoio à Assembleia Municipal e a todo o público presente, agradecendo a presença de todos.

Conforme preceitua a alínea c) do n.º 1 do art.º 30 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 30 de setembro de 2022 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

Período Antes da Ordem do Dia

“Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária do dia 30/06/2022”

- O deputado do PS, Rui Ramos, cumprimentou todos os presentes e disse que, relativamente à ata a sua Bancada Parlamentar irá votar favoravelmente, uma vez que transcreve essencialmente o que se passou na sessão. No entanto, referiu que não faz sentido vir a Informação Escrita do Sr. Presidente transcrita na ata, sugerindo que a mesma viesse apenas, como anexo.

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>22</i>
<i>Abstenção</i>	<i>03</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>09</i>

Deliberação: Aprovada por maioria

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se: “As deputadas do PS, Paula Catarino e Jerusa Germano e o Presidente da Junta de Freguesia de Murça, Hélder Borges.”

Declaração de Voto: “Por não terem estado presentes na sessão em apreço.”

_____/____/____

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

O Presidente da Assembleia Municipal informa os Srs. deputados, que a correspondência recebida se encontra na sala para ser consultada, fazendo o resumo do recebimento da mesma:

ANAM:

- Remete informação sobre sessões do Centro de Valorização de Eleitos Locais a realizar nos Municípios;

CVEL – Centro de Valorização de Eleitos Locais:

- Remete informação sobre a 2ª Edição do Curso Breve Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais;

CITRIM:

- Remete convite para estar presente na entrega de prémios do concurso de fotografia do CITRIM;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete ofício a solicitar indicação de representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação;

ANAM:

- Remete link para conhecimento com o 22º número da Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais – RAMEL;

ASD – Autarcas Social Democratas:

- Remete convite para participar no 2º Encontro Nacional de Autarcas Social Democratas;

ANAM:

- Remete informação sobre o debate agendado para 13/09, relativamente ao novo Regime de criação de freguesias;

Equipa Arciprestal Douro II:

- Remete convite sobre a Peregrinação dos Símbolos das Jornadas Mundiais da Juventude a Murça;

ATAM:

- Remete informação sobre o novo regime legal de recrutamento na Administração Pública;

ATAM:

- Remete informação sobre o Seminário Medidas Excecionais e Temporárias de Revisão de Preços;

ATAM:

- Remete informação sobre Protocolo Autárquico;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete propostas para inclusão na Ordem do Dia da sessão de 30/09/2022;

ATAM:

- Remete informação sobre a implementação do PNCRD – Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação;

Vereador do PS, Dr. Joaquim Pinto:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 30/09/2022;

Eduardo Pinheiro:

- Justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 30/09/2022;

Eduardo Pinheiro:

- Remete informação sobre a alteração do Líder Parlamentar da Bancada do Partido Socialista;

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, leu o e-mail enviado pelo deputado do PS, Eduardo Pinheiro sobre a alteração do Líder Parlamentar da Bancada do PS, que a seguir se transcreve:

“Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Murça

Venho, pelo presente, informar V. Exa. que a liderança da bancada parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça passa a ser assegurada pelo Exmo. Senhor deputado Rui Ramos, com efeitos a partir da sessão do dia 30/09/2022, cessando por isso tais funções, que vinha a assegurar até então.

Tal situação deve-se à crescente dificuldade que tenho em acompanhar e assegurar as questões inerentes às funções em apreço, por motivos profissionais, familiares e pessoais, pelo que julgo que a solução apresentada servirá melhor os interesses dos munícipes, do grupo parlamentar e, naturalmente, da própria Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos

Eduardo Milhões Pinheiro”

Farmácia de Murça:

- Remete informação sobre a Caminhada Solidária a favor do menino Alexandre, o Grande.

Grupo Parlamentar do PS:

- Remete Voto de Pesar e Recomendação.

//

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- O deputado do PS, Rui Ramos, procedeu à leitura de um Voto de Pesar, que se transcreve:

“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Murça vem de acordo com o artigo 31º alínea f) do Regimento, apresentar um Voto de Pesar pelo fatídico falecimento, a 18 de julho de 2022, na localidade de Penabeice, na sequência do grande incêndio que assolou o Concelho de Murça, da Exma. Srª. D. Iracema de Jesus Barreira e marido, Sr. Amadeu Fernandes Barreira.

Tal como muitos outros conterrâneos, este casal de Penabeice rumou nas décadas de 70 – 80 a França, em busca de melhores condições de vida, tendo entretanto regressado à sua terra natal. De forma trágica, viram as suas vidas interrompidas quando tentavam abandonar a localidade, ante a aproximação do incêndio. Independentemente das circunstâncias particulares em que tal ocorreu e que as entidades competentes apurarão, não podemos ficar indiferentes às perdas de vidas humanas, nem ao sofrimento que tal provocou junto das familiares, amigos e vizinhos.

À família enlutada entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Murça exprimir o seu pesar e manifestar incondicional solidariedade nestes difíceis e dolorosos momentos.

Pelo exposto manifestamos o nosso apoio através deste Voto de Pesar, convidando todos os membros deste órgão a ele se associarem, propondo ainda que do mesmo se dê conhecimento à família.

Murça, 28 de setembro de 2022

*O Grupo Parlamentar do Partido Socialista
da Assembleia Municipal de Murça”*

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu nota que o Partido Social Democrata também tinha um Voto de Pesar que vai de encontro a este mesmo Voto, mas como não o

fez chegar em tempo útil apenas se irá votar o Voto apresentado pelo PS, contudo sugeriu que o mesmo fosse lido.

- O deputado do PSD, Pedro Carvalho, cumprimentou todos os presentes e leu em nome da sua Bancada Parlamentar, o Voto de Pesar, que se transcreve:

“Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo da alínea f), do artigo 30º, do Regimento da Assembleia Municipal de Murça, propõe um Voto de Pesar pelo falecimento de Amadeu Fernandes Barreira e Iracema de Jesus Barreira, na localidade de Penabeice, no dia 18 de julho, vítimas do incêndio que deflagrou no Concelho de Murça, entre o dia 17 e 24 de julho de 2022.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata endereça a toda a família enlutada, as mais sentidas condolências, neste momento de luto e dor, a cuja memória presta homenagem, pelo que se propõe que a Assembleia Municipal de Murça delibere, manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.”

Apreciação e votação de um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS pelo fatídico falecimento, da Exma. Srª. D. Iracema de Jesus Barreira e marido, Sr. Amadeu Fernandes Barreira, a 18 de julho de 2022, na localidade de Penabeice, na sequência do grande incêndio que assolou o Concelho de Murça.

Votação:

Votantes	22
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	22

Deliberação: Aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

- O deputado do PS, Rui Ramos, procedeu à leitura de uma Recomendação apresentada à Assembleia Municipal, que se transcreve:

***Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Murça***

Recomendação

As sessões da Assembleia Municipal de Murça são públicas por definição, podendo os munícipes interessados assistir e intervir nas mesmas. No decurso do atual mandato autárquico, as reuniões estão sistematicamente desertas de público. Considera o PS, que devem os eleitos desta casa interrogar-se sobre os motivos deste aparente afastamento entre os eleitos e o órgão deliberativo do município.

Não sendo, provavelmente, o horário e a data habituais das sessões, a única raiz deste problema, entende o Partido Socialista que os mesmos contribuem de forma decisiva para este cenário, visto que são incompatíveis com as responsabilidades laborais de boa parte dos munícipes. Também as reuniões descentralizadas padecem do mesmo defeito, se os horários definidos não forem ajustados a esta realidade.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Murça, na senda das preocupações e sugestões que tem apresentado no domínio da participação dos cidadãos, de maior transparência e escrutínio, de que é exemplo a proposta que realizou de alteração ao regimento de forma a contemplar as transmissões em direto das sessões, rejeitada pela maioria PSD, recomenda:

Que as sessões da Assembleia Municipal sejam realizadas em horário compatível com a presença do maior número possível de munícipes interessados em acompanhar os trabalhos ou intervir no período que lhes está destinado, nomeadamente aos sábados, domingos e em dias úteis em horário pós laboral.

Murça, 28 de setembro de 2022

*Grupo Parlamentar do Partido Socialista
da Assembleia Municipal de Murça”*

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse registar a Recomendação apresentada e que esta Assembleia tem feito os possíveis para conseguir ter público. Lembrou que já se fizeram Assembleias nos mais diversos horários, aos sábados, no feriado do dia 25 de abril e por isso mesmo, estão atentos a esta Recomendação. Neste momento, está-se a fechar um ciclo de descentralização das Assembleias indo a todas as Freguesias, inclusive nas uniões de freguesias ir às

duas localidades. Reitera que, existe toda a disponibilidade para aceitar sugestões dos Srs. Presidentes de Junta, com indicação de outras localidades, dessas freguesias, onde a sessão se possa realizar e desde que sejam criadas as condições necessárias à sua realização, com certeza que irão ser bem aceites e tudo farão para que se realizem.

- O deputado do PS, Rui Ramos, agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia a explicação e disse que foi com imenso gosto que vieram à Carva fazer esta sessão da Assembleia Municipal, apenas lamenta que por causa da hora, não possa estar muito mais gente a assistir. Insistiu que se a mesma fosse realizada em horário pós laboral, com certeza estaria muito mais público presente.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, aludiu que no mandato anterior realizaram-se sessões nos mais diferentes horários, locais e dias e apenas esteve muita gente numa sessão realizada no Auditório Municipal, quando se discutiu o preço da água e a sessão nem sequer foi ao fim-de-semana e nem em horário pós laboral, assim como na primeira Assembleia descentralizada, realizada em Candedo, porque estava o assunto da barragem em discussão.

- O deputado do PS, Rui Ramos, deu nota que iria focar três assuntos e que gostaria de os ver esclarecidos. Lembrou que na última sessão, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe dissesse se tinha algum “feedback” relativamente ao número de empresas que foram criadas na Zona Industrial e ao número de postos de emprego. Na altura, o Sr. Presidente da Câmara respondeu-lhes que iria aprofundar o assunto e que nesta Assembleia lhes traria alguma informação. Indicou que, no concelho vizinho de Carrazeda de Ansiães com doze (12) hectares teve quarenta (40) adjudicações e em Murça, a procura tem sido manifestamente reduzida. Acredita que, se possa fazer muito melhor e o exemplo de Carrazeda, possa ser um exemplo a seguir.

A segunda nota é sobre o eucalipto de Palheiros. Sabe que as Infraestruturas de Portugal anunciaram recentemente que vão proceder ao abatimento daquele eucalipto e como todos sabem, para além de fazer parte do escudo que é o símbolo da antiga Freguesia é algo muito acarinhado pela população. É uma árvore de interesse público e preocupa-os esta situação, não apenas porque lhe parece que do ICNF é necessário obter um parecer positivo, para que esse abate possa ser feito. Compreendem que, aquela árvore tem aproximadamente 100 anos e estará no fim de vida, algo inevitável e não vão atribuir culpas a ninguém, mas gostariam de saber se a Câmara Municipal, tem alguma informação relativamente a isto, ou alguma ideia daquilo que se poderá fazer, para eternizar o símbolo daquela aldeia. Parece-lhe que, esta não seja a melhor altura para se fazer o abate, porque ainda existe a possibilidade com as chuvas de inverno, ela vir a recuperar e se mantenha por mais algum tempo.

Relativamente às Escolas, foi com muito agrado que ouviu do Sr. Presidente da Assembleia dizer que a próxima sessão da Assembleia Municipal possa realizar-se em Palheiros, mas infelizmente não os poderá receber na Escola porque ela continua sem destino, com os vidros partidos e cada vez mais degradada. Esta Escola da Carva está entregue à Associação Amigos da Carva e muito bem, está conservada e serve perfeitamente para esse efeito. Com certeza, Palheiros tem condições para receber uma Assembleia Municipal, mas a Escola não será uma dessas possibilidades.

- A deputada do PSD, Sónia Pinto, cumprimentou todos os presentes e disse que a sua intervenção vai na sequência dos grandes fogos que nos afetaram, que se transcreve:

“ O grande Incêndio de 17 de julho que deflagrou no Nosso Concelho fez-nos viver uma realidade demasiado dura e até cruel.

Ainda estamos dentro do período crítico de fogos rurais, por isso devemos manter o máximo cuidado.

Queremos lamentar em primeiro lugar a perda de vidas humanas, fruto da severidade do fogo rural de 17 de julho. Nada o poderá reparar.

À família e pessoas próximas, deixamos um sentido abraço de solidariedade.

No setor florestal, agrícola e pecuário, há a registar e lamentar enormes perdas, de uma dimensão ambiental, social e económica sem precedentes. Milhares de hectares foram afetados.

A todos aqueles que passaram e passam pelo sofrimento de verem os seus bens afetados, até destruídos por este flagelo, deixamos uma palavra de conforto.

Foram vários e longos dias de combate a este grande fogo rural.

Desde o primeiro momento, Entidades e Instituições, mulheres e homens, não se pouparam em combatê-lo. Corporações de Bombeiros, Proteção Civil, Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, Forças Armadas, Guarda Nacional Republicana, Equipas de Sapadores e Operadores Florestais, Segurança Social, CLDS 4G de Murça, Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, Unidade de Saúde Familiar e de Cuidados na Comunidade de Murça, Instituto Nacional de Emergência Médica, Agrupamento de Escuteiros de Murça, Estabelecimentos Comerciais, Organizações de Produtores Florestais e Agrícolas, Juntas de Freguesia, Paróquias, Colaboradores do Município e tantos populares, combateram até ao limite das suas forças.

Os deputados da Bancada Social-democrata agradecem profundamente.

É correto que se reconheça o trabalho e entrega do Município de Murça. Reconheçamos então a sua capacidade em acompanhar e auxiliar, a todo o instante, as difíceis ações no terreno e a gigante logística de acomodar uma operação tão exigente.

Refira-se ainda que, de imediato, o Município de Murça em plena articulação com diversas entidades e instituições colocou no terreno Equipas Multidisciplinares, nas Freguesias afetadas, procurando fazer uma correta avaliação de necessidades mais urgentes, para uma resposta adequada.

Graças à articulação com Organizações de Produtores Agrícolas e Florestais, foi possível colocar no terreno alimento para os animais, nas áreas mais afetadas.

O Município de Murça continua a reivindicar e a trabalhar junto dos diversos Ministérios, particularmente o Ministério da Agricultura e Alimentação, o Ministério do Ambiente e Ação Climática e o Ministério da Coesão Territorial, de forma a obter os necessários apoios aos prejuízos e à retoma da atividade.

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores,

Cabe também a cada um de nós eleitos locais, manifestar total disponibilidade para com os nossos concidadãos, manifestar total disponibilidade para com o Executivo Municipal, no sentido de ajudar a criar as melhores condições, de escolher as melhores opções.

Olhemos para o futuro com esperança.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Murça”

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, cumprimentou todos os presentes e disse que, nem de propósito, a sua intervenção também é referente ao eucalipto de Palheiros. Aludiu que, a próxima semana avizinha-se bastante triste porque o símbolo grande da aldeia de Palheiros vai ser abatido. Todo o ser vivo tem um fim e aquela árvore não é exceção. Deu nota que, nesse mesmo dia, da parte da manhã, esteve reunido com a Sra. Eng.^a Aida do IP, com a Eng.^a Matilde da Intevial que é a empresa que vai fazer o abate e ainda com o fiscal, Sr. Luís Guedes. Propôs-lhes que não o abatessem e que comessem por cortar todos os ramos laterais, evitando acidentes com a queda de um deles, mas a Sra. Diretora das Estradas respondeu-lhe que não. Ele ainda insistiu propondo-lhes que o cortassem a cinco ou seis metros do solo, para que na eventualidade de rebentar ficava mais alta, mas a Sra. Diretora continuou a dizer-lhe que não. Mais disse que, a responsabilidade é deles, que a sua Diretora em Lisboa mandou abate-lo e ela tem de cumprir. A Eng.^a Aida ainda lhe disse que passava a responsabilidade para a Junta de Freguesia e a Junta assumiria tudo que viesse a acontecer a partir daí. Obviamente, que lhe respondeu que não, porque nem a Junta tem condições para fazer o abate daqui a um ano ou dois, nem dinheiro para pagar a alguém se ali acontecer um acidente. Reconhece que aquela árvore tem um valor simbólico muito grande, mas todos os estudos feitos pelo IP apontam para que ela esteja seca e oca por dentro. Disse ainda, que recebeu um e-mail, dando nota que irão proceder ao abate entre o dia 3 e 7, aguardando que lhe digam o dia certo. Ainda questionou a Eng.^a Aida se o ICNF não teria de se

pronunciar e ela respondeu-lhe que o Eucalipto não é uma espécie protegida, pelo que não têm de pedir parecer a ninguém.

- O deputado do PS, Tiago Meireles, cumprimentou todos os presentes e disse que, este ano de 2022 assistimos ao verão mais quente que há memória. Em pleno verão vimos as Piscinas Municipais de Murça serem encerradas. Os motivos, a falta de água, instalações débeis e até o próprio incêndio que, ocorreu nessa altura, julga ter sido o que levou ao encerramento das mesmas, por esses dias. Todavia, a população do Concelho de Murça ficou sem um sítio público decente para se refrescar durante todo o verão, principalmente as crianças. As alternativas criadas pelo Município foram zero. Limitaram-se a fechar as piscinas, não havendo qualquer alternativa. Existe uma Praia Fluvial nos Rebelos, mas também não está nas melhores condições nem perto disso. Aliado a isso, surgiu logo de seguida uma propaganda de poupança de água. Foram para as televisões, fizeram uma propaganda de poupança de água enquanto víamos os jardins, todos os dias, a serem regados. Regavam-se os jardins, a estrada e o desperdício de água foi constante durante todo o Verão. Além disso e ao contrário de outros Concelhos vimos a zona ajardinada, com rega, ser aumentada, no nosso Concelho, concretamente a zona do Interface Rodoviário. Perante isso, distando cerca de oito meses da nova época balnear, questionou se a Câmara Municipal já pensou em alguma solução. Vamos compor as piscinas velhas? Vamos compor a Praia Fluvial? Vamos fazer umas piscinas novas, em oito meses?

- O deputado do PS, André Lage, cumprimentou todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e em especial ao público presente. Agradeceu ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Carva e Vilares, pelo facto de lhes ter disponibilizado este espaço, para realizar a sessão. Mencionou o velho problema com a numeração de polícia que se estende à maioria das localidades como é disso exemplo esta aldeia de Carva. Questionou o Sr. Presidente da Câmara se existe um plano da autarquia no sentido de se procurar resolver esta situação como um todo, com um plano para o efeito. Neste momento, cada munícipe requer individualmente a atribuição do número, processo que é muitas vezes demorado, ou por sua livre iniciativa, atribui ele mesmo um número à sua habitação, o que é manifestamente pouco rigoroso. Era importante que existisse vontade em por termo a uma situação que provoca constrangimentos na distribuição de correio, na contratação de serviços essenciais e até mesmo no auxílio e socorro, entre outros. Outra questão importante e dadas as mensagens de inquietação de imagens de água proveniente da rede de abastecimento assegurada pela Empresa Intermunicipal AdIN, que temos visualizado com coloração castanha ou amarela e está em condições o Município, de garantir a qualidade da água, para

consumo humano que é um bem precioso, caro e cada vez mais escasso? Seria importante esclarecer as dúvidas, comunicar com a população e pressionar a empresa no sentido de explicar estas situações recorrentes. Sobre o Interface inaugurado em Maio, questionou se existe ou está a ser preparado um Regulamento, para este equipamento. Há autocarros a parar nesta estrutura e outros continuam a utilizar a antiga paragem. A venda de bilhetes é assegurada por quem? Por funcionários do Município, ou pelas empresas privadas que utilizam a estrutura e transportam os passageiros? Lembrou que, numa reunião anterior já lhe lançaram o pedido de colocação de rails em alguns troços de vias municipais que são perigosas. Volta a lembrar a estrada de acesso a Monfegres que faz todos os dias. Estando o inverno à porta e com a habitual acumulação de gelo, apelou a que se possam colocar as referidas proteções em dois ou três pontos críticos, que em caso de despiste podem fazer toda a diferença. Por último, referiu que foi feita a eleição de representantes desta Assembleia Municipal, em dezembro de 2021, para algumas entidades, nomeadamente para a CIMDOURO e para o ACES Douro e gostariam de saber que atividades e iniciativas ocorreram, no decurso deste ano.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e relativamente à informação prestada pelo Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, relativamente ao abate do eucalipto de Palheiros, questionou se depois de abatido não seria possível plantar um novo, naquele lugar.

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que, com a intervenção do Presidente da União de Freguesias, Carlos Gomes o assunto do eucalipto ficou praticamente esclarecido, porém há duas questões que não estão devidamente acauteladas. Disse que, garantidamente, aquela árvore é uma árvore de interesse público, por isso carece do parecer do ICNF, para ser abatida. Já houve situações semelhantes no Município, aquando da poda dos eucaliptos do Bairro das Árvores em que foi necessário esse estudo. Disse que o “timing” do abate, é que não será o mais correto e talvez as chuvas de inverno possam fazer a diferença. Compreende que, todo o ser vivo tem um fim de vida e a proposta do Sr. Carlos Silva parece-lhe aceitável, propondo que entre a Câmara, a Junta de Freguesia e a população, possa arranjar-se uma forma de eternizar o Eucalipto de Palheiros, como um símbolo, que os acompanhou durante toda a vida.

- O Presidente da União de Freguesias de Candedo, Luís Filipe, cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao seu colega Presidente de Junta, José de Sousa pela disponibilidade do espaço para a realização desta sessão da Assembleia Municipal. Reitera que já o fez antes, mas reforçava o pedido

para que o Sr. Presidente da Câmara fizesse pressão junto da AdIN, para que, de uma vez por todas, coloquem o paralelo, na rua junto ao cemitério e na rua de Sta. Barbara, em Martim e ainda na Rua Francisco Teixeira Magalhães, em Candedo. Com o inverno a chegar, não tarda, as ruas ficam cheias de lama e os moradores têm reclamado, insistentemente, daquela situação estar por resolver. Também relacionado com a empresa que executou os trabalhos do saneamento, na freguesia de Candedo, referiu que a Junta de Freguesia nunca foi contactada antes do início dos trabalhos, no sentido de deixarem colocar os sobrantes do pavimento que colocaram no Campo de Futebol. Na altura, ele questionou o encarregado sobre qual o destino a dar àquele material e se haveria a possibilidade daquele fresado ficar disponível, para compor os caminhos da freguesia. Entretanto, na semana passada, um grande camião trailer começou a transportar aquele material, para Vila Real que, segundo ouviu, vai ser fresado e ser utilizado pela empresa onde e como bem entenderem. Reitera que, aquele fresado daria muito jeito à sua freguesia, assim como a outras freguesias do nosso concelho, que necessitem compor alguns caminhos. Questionou se haveria possibilidade de ser feito, pela Proteção Civil e por técnicos habilitados, um levantamento relativamente à situação da Capela de Porrais. Segundo se diz, o telhado e a parede correm o risco de ruir e o arco principal já tem uma separação bastante visível. Sendo ali o lugar onde as crianças apanham o autocarro, estacionam carros e onde as pessoas passam para irem à missa, é importante saber se existe perigo de derrocada ou não, acautelando alguma desgraça que possa vir a acontecer. Relativamente à rua que foi alcatroada, no Bairro de São João, em Candedo, disse que tem recebido queixas da Sra. Madalena Rodrigues, referindo que a água está a descarregar toda no seu terreno e a entrar para a garagem. Solicitou que a Câmara disponibilizasse um técnico para irem ao local avaliar a situação, pois verifica-se que dos terrenos a montante, estão a surgir algumas terras para a via que, obviamente, a Junta de Freguesia tem tido o cuidado de limpar, mas é importante fazer-se uma avaliação. Relativamente à água que está a ser fornecida pela AdIN, disse que várias pessoas se têm queixado da sua cor acastanhada e que mais parece água imprópria, para consumo humano. Referiu que, o Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros certamente já o solicitou, contudo nunca é demais reforçar para a necessidade de se colocar um novo pavimento, no troço de estrada entre Ratiço e Noura, dado o seu estado degradado.

- A deputada do PS, Emília Sousa, cumprimentou todos os presentes e disse que iria colocar algumas questões, que pese embora sejam transversais à maioria do território do Concelho de Murça, entendeu que seria importante trazer à discussão algumas dessas situações que afetam esta União de Freguesias, particularmente a aldeia de Carva. Desde a questão da numeração de polícia, aqui já referida pelo seu colega de bancada, à reparação de bastantes buracos que há na via pública,

marcação de caminhos agrícolas e em particular, nesta localidade, a ligação ao ramal do saneamento das habitações situadas na rua Vale de Cabêda e rua de Santa Barbara onde existem situações de alguns habitantes que procederam há instalação de bombas a expensas próprias, para efetuarem a ligação ao ramal, outros há que, por não terem essa possibilidade, continuam com a ligação às antigas fossas sépticas. Claro que, isso traz inconvenientes e algumas preocupações, nomeadamente pela eventual contaminação aqui da Fonte da Poça. Aludiu que, tendo em conta que estamos hoje nesta aldeia e dos anseios que referiu após ter falado com alguns habitantes da freguesia, talvez possa ser apresentado um calendário concreto, um compromisso com esta população, no sentido destas necessidades, virem a ser gradualmente solucionadas.

- A deputada do PS, Paula Catarino, saudou todos os presentes e disse que, com o início de mais um ano letivo, quer em seu nome e em nome da Bancada Socialista, desejar que o mesmo corra bem e com a normalidade que estávamos habituados, antes da pandemia. Deixou um reparo, à organização ou falta dela, no início das atividades letivas. Fez um reparo como mãe, encarregada de educação, munícipe e deputada eleita, para este órgão. É de lamentar que aquando da elaboração da matrícula, no portal das matrículas, disponibilizado para o efeito, pelo Ministério da Educação, os pais e/ou encarregados de educação tenham de se dirigir aos serviços do Agrupamento de Escolas, para voltar a preencher manualmente a informação que havia sido prestada *on-line*. Lamentar também, a confusão dos serviços de transporte e refeições das crianças que frequentam a escola e são de fora da sede de Concelho. Existe informação distinta, que os pais são obrigados a deslocarem-se, desnecessariamente, aos serviços da Câmara Municipal, com indicação errada de que seria preciso ativar estes serviços quando não é necessário porque já está na matrícula. Sr. Presidente da Câmara, não podemos querer fixar pessoas no nosso Município se não lhes dermos ferramentas, para poderem viver e educar os seus filhos, com a comodidade que todos os Municípios oferecem. Referiu que, no ano transato, o seu filho frequentou o ensino, no Município de Vila Real e não foi necessário dirigir-se aos serviços municipais, durante todo o ano letivo, uma vez que o registo dos serviços disponibilizados, para o mesmo foi feito *on-line*, assim como as faturas para pagamento eram recebidas por e-mail e com a respetiva referência multibanco. Mais disse que, foi informada que no decorrer do ano letivo, os pais das crianças que frequentam o ensino, no nosso Concelho são obrigadas a dirigirem-se aos serviços do Município, para efetuarem os respetivos pagamento, em dinheiro e é de estranhar que, em pleno século XXI o Município ainda não permita o pagamento dos serviços prestados, por outra forma que não o pagamento em dinheiro. O horário de atendimento da tesouraria não é compatível com a maior parte do horário de trabalho dos pais deste Concelho, muito menos com aqueles que trabalham fora ou não exerçam as suas atividades na Vila de Murça.

Congratula-se por saber que o Município recebeu recentemente dois prémios pela transparência, mais isso não é suficiente. É necessário fazer evoluir o Município em questões de comunicação e informatização dos serviços. Mais referiu que, outros dos exemplos dos constrangimentos pela falta de informatização encontra-se visível nas atividades que o Município tem ao dispor da população, a partir da próxima semana, dando como exemplo a Escola de Natação, entre outros. Todas as iniciativas são bem-vindas e parabeneza-o, no entanto mais uma vez, é referido que, para mais informação dirija-se ao Gabinete de Desporto do Município. Não seria mais fácil, prático e útil haver um link com possibilidade de fazer a inscrição on-line? Isto obriga as pessoas a deslocarem-se ao Gabinete, para saberem como, quando e para que idades. Por último, questionou o Sr. Presidente da Câmara qual o motivo da redução de dois para um autocarro, que faz o transporte diário de todos os alunos do 5º ao 12º ano e ainda o público em geral que viajam de Sobreira, Porrais, Candedo, Martim, Noura, Ratiço e por vezes do Sobredo. A segurança dos alunos e dos munícipes que utilizam os transportes, muitos deles idosos, é, muitas vezes, posta em causa, quando o seu *Slogan* de campanha era “Primeiro as Pessoas”.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Presidente da União de Freguesias de Carva e Vilares, José de Sousa, pela forma como os recebeu e organizou este espaço para acolher a assembleia, nesta localidade. Saudou e deu as boas-vindas à deputada Jerusa que hoje faz parte desta assembleia e desejou-lhe votos de bom trabalho. Deixou um cumprimento especial ao público presente, referindo que é um gosto visita-los e agora, com a estrada com melhores condições de segurança, ainda mais. Quanto às questões colocadas, disse que iria responder o melhor possível, começando pela Zona Industrial. Referiu que, a vida de cada empresário diz respeito um pouco a cada um. Compreende que, ao fazer-se um investimento de alargamento da Zona Industrial, haja esta necessidade objetiva de perceber que postos de trabalho se vão criar, contudo a realidade não é esta, é bem mais dinâmica. A Zona Industrial teve três fases, na primeira foram criados seis lotes, na segunda mais seis e na última fase mais 15 lotes, dos quais apenas três ainda não estão requisitados. Gostariam que todos estivessem ocupados, que criassem postos de trabalho e tivessem uma grande dinâmica, mas, neste momento, é a informação que tem para dar. Mais disse que, todos os lotes estão devidamente registados e em nome de cada um dos requerentes. Há um Regulamento que todos têm de cumprir. Não é a Zona Industrial que desejavam, nem tem a pavimentação que deveria ter, mas gostaria de no futuro poder continuar a alargar aquele espaço. Relativamente ao eucalipto de Palheiros, obviamente que é um símbolo que não se deve perder. As Infraestruturas de Portugal, entidade que gere este tipo de equipamentos por razões de segurança, tem de levar a cabo esse procedimento. Se é a altura certa

para o fazer ou não, desconhece, mas o importante é que, quem tem a responsabilidade de o fazer que o faça e depois, plantar outro no mesmo lugar, por forma a manter a identidade daquela aldeia. Quanto à Escola de Palheiros, esclareceu que já começaram a recuperar antigas Escolas Primárias em algumas aldeias. Têm falado diversas vezes sobre esta problemática das Escolas, mas na sua opinião, as Escolas devem continuar no domínio público e ao serviço das populações. São uma referência do passado. Devem ser recuperadas para serem utilizadas pela comunidade, respeitando e preservando o melhor possível o património, que ainda vale a pena conservar. Sobre o encerramento das piscinas referido pelo deputado Tiago Meireles, respondeu que atravessamos um período de seca muito complicado. As piscinas já têm mais de 50 anos e alguns problemas e mantê-las abertas, implicava perdas significativas de água que não poderiam manter. Procuraram criar alternativa, pondo os espaços desportivos do Concelho disponíveis, para continuar a acompanhar os jovens. Obviamente que, é necessário ter um espaço de lazer, em Murça, novo e diferente dos que existem, mas os recursos do Município, são limitados e não é possível fazer tudo o que se pretende. Quanto à rega, disse que já ouviu bastantes comentários a esse respeito e que também lhe desagrada aquela situação. Aquilo que lhe é dito, é que o formato que os jardins têm, em termos de sistema de rega, cria alguma dificuldade e quando acaba de regar os tubos ficam cheios e a verter água sem grande pressão, para o sítio errado. Sobre o jardim do Interface, respondeu que respeita a opinião de cada um, mas o projeto estava assim pensado e não podiam colocar em causa o bom procedimento em termos de candidatura. Quanto às questões colocadas pelo deputado André Lage, disse que na toponímia nunca está tudo feito, que já se deu um salto significativo com a elaboração do Regulamento de Toponímia e que, pela primeira vez, as ruas da Vila de Murça estão todas identificadas. Quanto à toponímia nas freguesias, esclareceu que houve Juntas de Freguesia que compraram placas e colocaram-nas onde acharam que seria o local certo, mas desconhece se fizeram o levantamento exaustivo e se cumprem todas as regras. Relativamente à qualidade da água, reitera que é um problema que todos vamos sentindo e temos de estar preparados para uma descida maior da qualidade, porque quando as primeiras chuvas começarem a correr em força, vai haver escorrência das cinzas, dos fatídicos fogos. É necessário continuar a reclamar. A empresa que gere em baixa o fornecimento de água tem obrigação de fornecer água em quantidade e qualidade, que a entidade que regula as águas e resíduos exige. Quando à água não estar em condições ou não ser a quantidade devida, todos nós devemos reclamar, quer individualmente quer através da associação de moradores, Câmara e Juntas de Freguesias. Deu nota que, a empresa nem sempre responde a todas as reclamações recebidas e não podemos ficar quietos perante isto e continuar a exigir que cumpram com as suas obrigações. Sobre o Interface, referiu que pretendem ter ali um serviço permanente de interesse público. Nesta fase, a questão da bilheteira da Rede Expresso é explorada por uma empresa

de Murça, mas está previsto que, daqui a algum tempo, seja um serviço assegurado apenas por funcionários do Município, de 2ª-feira a domingo. Quanto aos rails, disse que, obviamente, é uma preocupação e já não é a primeira vez que deixa o alerta. Mais disse, que precisam de rails em muitos sítios, mas não têm apoios para fazer intervenções em estradas tanto em pavimentos, como em rails, pelo que têm procurado corrigir as situações mais extremas em termos de perigosidade. Relativamente à questão dos sobrantes referida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, disse que tentaram ficar com aquele material, mas há responsabilidades em termos formais e regulamentares da empresa que regula esse tipo de resíduos. Sobre a Capela de Porrais, disse que o Sr. Padre Sérgio já reuniu com o Sr. Vice-Presidente no sentido de se fazer uma avaliação da situação por alguém especializado porque, obviamente, existe a preocupação relativamente à segurança. A autarquia tem limites quanto à sua ação, contudo não deixará de apoiar como já o fez com outras Comissões Fabriqueiras, até porque, aquela situação já não é nova e é necessário encontrar uma solução. Quanto à estrada do Ratiço, reitera que aquela situação está identificada e é urgente que se faça uma intervenção, contudo os recursos da autarquia são escassos, pelo que irão identificar mais uma ou outra situação idêntica em termos de pavimentação e procurar fazer um concurso público. Relativamente aos problemas de saneamento em Carva, referidos pela deputada Emília, deu nota que da parte da AdIN existe essa responsabilidade. A AdIN tem a obrigação de resolver este problema, porque onde existe saneamento a empresa cobra a respetiva taxa e cobra o serviço de saneamento e onde não existe saneamento, a empresa compromete-se a descarregar as fossas sépticas, as vezes que se justifique, por ano. Quanto à intervenção da deputada Paula Catarino, reitera que de vez em quando também é importante visitarmos as escolas e a Câmara, para que não se faça tudo à distância através dos serviços digitais. Lembrou que o Município já tem sistema de pagamento por multibanco e não somente com numerário, como a senhora deputada referiu. Agora, emitir as faturas com a referência multibanco, ainda não é possível, mas também poderá surgir. Reitera que, em relação às questões de transparência não têm de se vangloriar seja do que for, têm é de continuar a servir o melhor possível as populações e estar à altura das suas competências. Falar do nosso Concelho e não referir o enorme investimento que está a fazer na Escola EB 2/3 e Secundária de Murça, é no mínimo estranho. Um investimento de 3,5 milhões de euros é praticamente uma revolução na área da educação. Aproveitou para deixar uma palavra de reconhecimento e de gratidão à comunidade escolar, funcionários e à associação de pais, por se ter conseguido levar a cabo esta empreitada, sem que a escola tivesse de parar.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, referiu que, relativamente à Assembleia Intermunicipal, conforme referido pelo deputado André Lage, houve até ao momento duas reuniões. A primeira

reunião foi a apresentação dos elementos que iriam fazer parte da Assembleia Intermunicipal; Na segunda reunião que se realizou em julho, entre outros assuntos, discutiu-se as estradas municipais, em que a intermunicipal vai fazer candidaturas. Debateu-se ainda o assunto do encerramento da dependência da Caixa Geral de Depósitos em Mesão Frio, em que a CIMDOURO por intermédio do Sr. Presidente Carlos Santiago iria apresentar uma queixa em tribunal contra a CGD, caso a CGD, não revertisse esta decisão.

- O Presidente da Câmara Municipal de Murça, Mário Artur Lopes, interrompeu a intervenção do deputado Carlos Silva para dizer que a CIMDOURO já apresentou essa queixa em tribunal, contra a CGD.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, continuou a sua intervenção, referindo que esse assunto foi aprovado na reunião. Disse ainda que, o Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal manifestou bastante preocupação com a linha do Douro, dado que já tinha tido avanços muito acentuados, que houve grandes promessas deste governo de que ela iria ter seguimento a Espanha, mas que entretanto foi interrompida e que ele iria continuar a lutar para que avance. Aproveitou para questionar o Senhor Presidente da Câmara, se o Concelho de Murça vai receber atividades no âmbito da eleição do Douro como Cidade Europeia do Vinho 2023. Mais disse que, ainda debateram o assunto da contratualização dos transportes, o da regionalização e da descentralização, um processo que o Presidente da CIMDOURO tem procurado debater com os membros do governo, mas que poucos avanços tem tido.

- O 2º Secretário da Assembleia Municipal, César Lourenço, complementou a informação, referindo que a CIMDOURO reuniu não duas, mas três vezes: a primeira, para apresentação dos seus membros, a segunda foi para aprovar o Regimento e esta última, realizada em julho, discutiram-se os assuntos agora referidos, pelo seu colega Carlos Silva, uma vez que são ambos os membros representantes na Assembleia Intermunicipal.

- O deputado do PS, Rui Ramos, não querendo eternizar a questão do eucalipto, disse que acabou de fornecer ao Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, um documento que comprova que aquela árvore é, efetivamente, uma árvore de interesse público e classificada como tal no ICNF, pelo que carece do parecer do ICNF, para ser abatida. Repete que, não quer dizer que não tenha que ser feito, apenas acha que o “timing” poderia ser mais ponderado. Relativamente à questão da Zona Industrial o Sr. Presidente não lhes trouxe nada de novo. Lembrou que na última

reunião o Sr. Presidente disse: “Sobre os lotes e pormenores da Zona Industrial iria trazer informação mais detalhada, na próxima assembleia” e de detalhes não encontra nada! Não disse quantos lotes estão adjudicados, quantas empresas foram edificadas, quantos postos de emprego foram criados e dois meses depois de lhe ter feito a pergunta a resposta não lhe pareceu nada clara. Mais disse, que não chega adjudicar os lotes, o importante é atrair investidores, criar postos de emprego, para que as pessoas fiquem cá e paguem aqui os seus impostos, procurando travar a desertificação. Quanto às piscinas municipais, compreendem que houve uma altura em que a água ficou com uma escassez brutal, no entanto aquela água seria a mesma que a piscina teria no início do verão, se estava a ser reposta, não percebem bem porquê. Consta que existe uma rotura e a ser verdade, ter de repor a água que vai perdendo num ano de seca como este, é grave.

- O deputado do PSD, Pedro Carvalho, parabenizou o Executivo Municipal pelo prémio recebido sobre Transparência Municipal. Relativamente à questão colocada pelo deputado André Lage, sobre a sua participação nas reuniões do Agrupamento dos Centros de Saúde do Douro, enquanto representante eleito por esta Assembleia Municipal, lembra que para o Governo Socialista, a saúde não é uma prioridade e tem sido completamente descorada, prova disso, é o facto de nunca ter sido convocado para uma reunião no ACES. Ideias existem, mas tem de haver alguém que as ouça.

- O deputado do PS, André Lage, voltando à questão da toponímia e à numeração de polícia, aludiu que é um trabalho imenso fazer esse levantamento, mas se estivermos à espera que cada um individualmente faça a requisição do número, para a sua habitação nem daqui a trinta anos temos essa questão resolvida. Disse que, quando se referiu foi essencialmente às aldeias, dado que na vila essa questão já foi resolvida. Disse ainda que, a sua caixa do correio é muitas vezes inundada pela correspondência dos vizinhos ali à volta e depois tem de ser ele a fazer o trabalho de carteiro, distribuindo pelas caixas respetivas, a correspondência que não lhe é destinada. Relativamente à AdIN e à qualidade da água disse que, mesmo que cada um de nós o faça individualmente, uma reclamação feita pelo Município, obviamente, tem um peso maior. Agradeceu ao deputado Carlos Silva os esclarecimentos que trouxe. Relativamente ao deputado Pedro Carvalho, disse que só tem de lamentar, por ainda não ter sido convocado pelo ACES, para nenhuma reunião.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, aludiu que, foi Presidente de Junta e como tal quando chegou à sua Junta de Freguesia deparou-se com esta enorme dificuldade relativamente ao nome de ruas e aos números das casas. Por diversas vezes, foram acontecendo erros na entrega da correspondência por parte dos CTT e havia uma enorme dificuldade em fazer chegar a correspondência à pessoa certa,

sempre que a morada não vinha completa. Naquela altura, a Junta de Freguesia, com expensas próprias, fez um levantamento exaustivo dos nomes pelos quais eram conhecidas todas as ruas e lugares da freguesia e foram colocados números, tendo o cuidado de deixar intervalos para possíveis construções futuras. Mais disse que, cada Junta deve procurar fazer este trabalho e se a Câmara puder ajudar, tanto melhor, agora atribuir esta responsabilidade apenas ao Município, não acha correto.

- O deputado do PS, Tiago Meireles, disse que, ouviu a justificação do Sr. Presidente relativamente às atividades propostas com o fecho das piscinas, mas o facto de disponibilizar o pavilhão, fazer caminhadas, etc. quando estão 40°C à sombra, não lhe parece de todo aconselhável e considera ser um perigo para a saúde pública, muito mais para as crianças. Se acha esta ser solução razoável, ele discorda totalmente.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que, a Cidade Europeia do Vinho foi uma candidatura apresentada pela CIMDOURO, que teve sucesso e que os deve deixar orgulhosos. O que está previsto é que existam atividades promocionais em cada um dos Concelhos que fazem parte, onde o foco é o vinho e a vinha. Deu nota que recebeu, hoje, o Convite da CCDDR, para na próxima 2ª-feira estar em Freixo de Espada-à-Cinta onde a Sra. Ministra Ana Abrunhosa e o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos irão apresentar o estudo, para a reabilitação da linha da Douro, que vai de Pocinho a Barca d'Alva. Sobre o que o deputado Sr. Carlos falou sobre a linha férrea do Douro, explicou que as coisas não estão tão paradas como parece. Sobre o Eucalipto, afinal o problema é do Estado e se as Infraestruturas de Portugal não sabem que há um parecer, deveriam sabê-lo. Perguntou ao deputado Rui Ramos, se tem noção do que é ter um lote na Zona Industrial, durante 20 anos, sem estar registado. Se acha que isso não é importante!.. Espera que a Zona Industrial seja facilitadora para a criação de empresas, dizer-lhes quantos postos de trabalho foram criados, disse desconhecer. Quanto ao prémio recebido sobre a transparência, referido pelo deputado Pedro Miguel na sua intervenção, obviamente, que é significativo. Relativamente à saúde, disse que muito há a fazer e a evoluir, para servir mais e melhor as nossas populações. Quanto à questão da toponímia, referiu que o deputado Sr. Carlos Silva na sua intervenção mostrou um pouco do que é a realidade, relativamente a esta matéria. O que faz o deputado André Lage, com a correspondência que é colocada indevidamente na sua caixa do correio acha que não o deve fazer, porque essa deve ser a função dos CTT. Se a distribui não o deveria fazer, deveria entregá-la aos CTT e que fossem eles a fazer o trabalho como deve ser. Quanto à colocação da numeração, reitera que é um assunto bastante complicado. Houve freguesias que tomaram a iniciativa de contratar alguém que tratasse daquele

processo. Reitera que, estão disponíveis para colaborar com as Juntas de Freguesia, para tratar desta situação até porque quando alguém solicita a atribuição de um número de polícia tem de ser o Município a atribuí-lo. Compreende que com 40°C os meninos não possam estar ao sol, mas dentro do pavilhão ou no estádio, com certeza estarão melhor. Disponibilizar os equipamentos públicos com algumas atividades e acompanhados pela equipa de desporto do Município, foi a forma de apoiar os pais, para que pudessem ir trabalhar e deixar os filhos entregues com alguma responsabilidade. Este foi o objetivo. Disse que, não é novidade nenhuma que a piscina verta água de uma forma significativa e num ano com a falta de água como este era inaceitável estar sempre a acrescentar água que depois poderia fazer falta, para consumo humano.

- O deputado do PS, Rui Ramos, folga em saber que relativamente à água a Câmara Municipal já conhecia que a piscina vertia água. É uma questão de fazer o rácio e saber há quanto tempo isto acontece e quantos metros cúbicos de água foram perdidos. A responsabilidade da manutenção dos equipamentos é do Município. Estão no executivo há 5 anos e, muito sinceramente, deixaram abandalhar a situação. Quanto à Zona Industrial, reitera que nunca disse que acha pouco importante haver um determinado número de registos, aquilo que quer que fique claro, é que fez a mesma pergunta quatro vezes e até agora não lhe respondeu, pois não sabe quantos postos de trabalho foram criados.

- A deputada do PS, Paula Catarino, pediu a palavra apenas para esclarecer o Sr. Presidente da Câmara que nunca disse que fora do Município é que se estava bem, até porque ela regressou ao Município de Murça. Apenas deixou algumas sugestões e fez algumas perguntas. Insistiu que, o Sr. Presidente não lhe respondeu, porque é que deixou de haver dois autocarros a fazer a zona da Terra Quente, quando quem utiliza aquele serviço o faz praticamente todos os dias de pé e a segurança deles está acima disso. Gostaria de perceber se existe uma explicação para que isso aconteça, porque em nenhum dos dias, um só autocarro é suficiente, para vir toda a gente sentada.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, referiu que, ainda no decorrer desta sessão, recebeu informações sobre a questão do eucalipto, enalteceu a disponibilidade da Eng.^a Aida e disse que ela lhe transmitiu, que o eucalipto é propriedade da Câmara Municipal, pelo que a Câmara irá ser notificada para fazer o abate. Aquela árvore é da Câmara, mas está implantada numa área que é do IP. A Câmara Municipal foi quem o qualificou em 1994 e é da responsabilidade da Câmara, a sua manutenção. Na próxima semana a Câmara será notificada e em conjunto com o IP e a Proteção Civil, decidem o que fazer.

- O Presidente da Câmara municipal, Mário Artur Lopes, referiu que, desconhece se é propriedade da Câmara ou não, mas seja da Câmara, do IP ou de quem quer que seja, se não estiver em segurança terá de ser resolvida esta situação. Quanto aos transportes disse que, esta questão já foi levantada pela Câmara, mas o transporte é efetuado de acordo com aquilo que a lei determina e que aquele autocarro permite esse tipo de transporte. Quanto aos postos de trabalho criados na Zona Industrial, disse que não tem forma de saber.

//

Período da Ordem do Dia

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 15 de dezembro de 2021;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

3 - Eleição do Representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação;

(Alínea d) do nº 1 do art.º 57, do Decreto-lei nº 21/2019 de 30 de janeiro)

//

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

“Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia 10 de junho e o dia 10 de setembro de 2022.

1. Nota de Pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Câmara Municipal, Prof. Domingos Gomes Martins. O Município de Murça manifesta publicamente o pesar pelo falecimento do professor Domingos Gomes Martins, ex-Presidente da Câmara Municipal. Natural de Serraquinhos, concelho de Montalegre, nasceu em 1 de março de 1932 e tinha uma vida ligada à educação. Domingos Gomes Martins foi Presidente da Câmara Municipal de Murça após o 25 de abril, nomeado pelo Conselho da Revolução, presidindo a uma Comissão Administrativa entre 1974 e 1976. Ao longo da sua vida profissional foi professor de Ensino Básico em Jou, Montalegre, Porto e Matosinhos. Foi ainda coordenador concelhio do desporto escolar. À família enlutada e aos seus amigos em geral, o Executivo Municipal endereça as mais sentidas condolências.

2. Voto de Pesar pelas Vítimas do incêndio que deflagrou no Concelho de Murça. A Câmara Municipal de Murça, em Reunião Ordinária do Executivo Municipal, em 28 de julho de 2022, sob a Presidência de Mário Artur Correia Lopes, aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pelo falecimento de Amadeu Fernandes Barreira e Iracema de Jesus Barreira, vítimas do incêndio que deflagrou no Concelho de Murça entre o dia 17 e 24 de julho de 2022. A Câmara Municipal de Murça endereça a toda a família enlutada, as mais sentidas condolências, neste momento de luto e dor, a cuja memória presta homenagem.

3. Decorreu no dia 21 de junho, em Lisboa, **reunião com a diretora-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira**, Helena Borges, onde participaram os autarcas de Mogadouro, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, do distrito de Bragança e Murça do distrito de Vila Real, municípios da área de influência das seis barragens vendidas pela EDP, no valor de 2,2 mil milhões de euros. Tem vindo a ser reclamado o pagamento dos impostos, resultantes desta transação, nomeadamente o Imposto do Selo e o IMT. A nossa convicção é quando terminar o processo, que corre no Ministério Público, haverá lugar ao pagamento dos impostos.

4. Ainda no dia 21 de junho, decorreu **reunião com a Secretária de Estado da Administração Interna**, Isabel Oneto, sobre o assunto das obras de remodelação e ampliação das instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Murça. Está a ser avaliado o novo caderno de encargos para posterior publicação da Portaria que irá autorizar os encargos plurianuais referentes ao financiamento da referida empreitada.

5. O Fogo Rural de grandes dimensões que deflagrou no Concelho de Murça entre os dias 17 e 24 de julho, alastrou-se pelos concelhos limítrofes de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar e provocou perdas

profundas em pessoas e bens. Temos a lamentar, nesta situação de calamidade, a perda irreparável da vida de duas pessoas da nossa comunidade, residentes na localidade de Penabeice. Foram determinados três dias de luto municipal, a bandeira do município foi colocada a meia haste no edifício dos Paços do Concelho, pela morte do casal vítima do incêndio, como manifestação de pesar e solidariedade aos familiares e amigos das vítimas e restante população. Estiveram, no teatro de operações, envolvidos mais de 820 operacionais, acompanhados por mais de 270 viaturas e 10 meios aéreos a atuar em simultâneo. Foi ativado o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil no dia 18/07/2022 e assegurada a satisfação das necessidades logísticas das forças de intervenção, nomeadamente quanto a alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência. O incêndio colocou aldeias em perigo e foi necessário proceder a evacuações preventivas em Vale de Égua, Penabeice, Mascanho, Valongo de Milhais, Ribeirinha, Paredes e Salgueiro. A população evacuada pôde pernoitar no pavilhão desportivo onde estava instalada uma ZCAP (Zona de Concentração e Apoio à População), na residência de estudantes ou em casa de familiares. Na ZCAP, as pessoas foram acompanhadas por equipas multidisciplinares do Município e da Segurança Social, de forma a apoiar e verificar as condições de segurança e as suas necessidades. Foi também evacuado por precaução o Lar de Fiolhoso da Santa Casa da Misericórdia, que acabaram por pernoitar no Lar de Murça. O incêndio abrangeu uma mancha correspondente a uma área total estimada, superior a 8.800ha. No concelho de Murça, o incêndio afetou mais de 30% da área territorial total do concelho, tendo atingido as freguesias de Fiolhoso, Jou, Murça, Valongo de Milhais, União das freguesias de Carva e Vilares e União das freguesias de Noura e Palheiros. Durante sete dias foram destruídas extensas áreas de floresta, agricultura, pastagens, matos, incluindo instalações agrícolas e reservas alimentares, num território caracterizado por parcelas de minifúndio, pequena propriedade muito compartimentada e pertença de muitos proprietários. A nível florestal arderam áreas significativas de pinheiro bravo, matos e folhosas diversas, assim como a perda de animais selvagens. Relativamente à componente agrícola, os principais prejuízos verificados estão associados a culturas permanentes, sobretudo castanheiro, olival, amendoal e vinha. Quanto à atividade pecuária, nesta fase, o principal problema identificado está relacionado com o facto de o incêndio ter provocado uma elevada destruição ao nível das pastagens em áreas muito extensas. Quanto à estrutura fundiária das explorações afetadas, muitas são de reduzida dimensão, verificando-se que, uma elevada percentagem dos agricultores afetados correspondem a pequenos produtores, com agricultura de subsistência. As nossas populações têm agora uma nova e dura realidade, com bens e fontes de rendimento reduzidos a cinza. As equipas multidisciplinares da área social estiveram prontamente no terreno, especificamente nas aldeias afetadas pelo grande incêndio, para a avaliação de necessidades. Estão a ser estudadas formas de apoiar e de reivindicar apoios para fazer face aos prejuízos. Contamos que o Governo possa contribuir de forma decisiva para que esta situação seja minimizada e nos ajude a cumprir este objetivo. É necessário encontrar formas de apoio governamental, que nos permitam ter um território gerido de forma integrada, para dar resposta à necessidade da gestão da paisagem e do aumento da área florestal, gerida a uma escala que promova uma efetiva resiliência aos incêndios rurais –

(com plantação de árvores autóctones, gestão de áreas de pastoreio e de caça). Já aconteceram reuniões setoriais com a Ministra da Coesão Territorial, Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Diretora Regional da Agricultura e Diretora Regional do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. É imprescindível a abertura de candidaturas a programas específicos para a implementação da estabilização de emergência. O Município de Murça agradece reconhecidamente a todas as pessoas que se empenharam no combate a este incêndio florestal. Desde Bombeiros, Proteção Civil, Guarda Nacional Republicana, Sapadores Florestais, Juntas de Freguesia, Exército, profissionais da saúde e populares, os quais evitaram uma tragédia de ainda maiores dimensões e foram inexcedíveis a lutar na defesa das nossas gentes, dos seus bens e do nosso território. Uma mensagem de solidariedade, de muita coragem e de muita força anímica para que, todas estas famílias atingidas, se possam reerguer rapidamente e retomar as suas vidas com toda a normalidade. Deixar outra mensagem, esta de gratidão a todos que de forma generosa e solidária, mesmo num momento tão difícil para todos nós, num gesto voluntário, de grande nobreza e solidariedade, se prontificaram para nos ajudar das mais diversas formas, durante estes dias.

6. Transferências do Orçamento de Estado 2022. O Município de Murça sofreu um corte brutal de 450 mil euros, nas transferências do orçamento do estado para o ano 2022, que se refletiu nas transferências desde o mês de julho. Esta redução é muito significativa. Cada vez há mais responsabilidades e competências transferidas do Estado para o Município, se ao mesmo tempo reduzem a receita, com certeza que tudo se torna mais difícil. O Município vai ser obrigado a repensar as suas estratégias e a rever o orçamento municipal em resultado deste corte. O corte nas transferências vai afetar todo o investimento público no nosso Concelho e vai por em causa a execução dos quadros comunitários. Os valores que nos estão a subtrair, aplicado em projetos comparticipados, estamos a falar em investimentos no Concelho de Murça, na ordem dos 3 milhões de euros por ano. Não concordamos, com qualquer corte nas transferências para o nosso Município, já que não contribuímos, em nada, para a situação em que se encontram as contas públicas do nosso País. Continuaremos a reclamar onde for necessário reclamar, desta circunstância em que estão a colocar o Concelho de Murça.

7. Portaria n.º 205-B/2022, de 16 de agosto. Os incêndios de grandes dimensões que deflagraram durante os últimos meses afetaram um numeroso conjunto de concelhos em todo o país com especial incidência nas regiões Centro e Norte, provocaram a destruição de unidades de exploração económica, nomeadamente de pastos usados na alimentação dos animais das espécies bovina, ovina, caprina e equídeos. A dimensão de tal destruição implica um incremento inesperado e significativo do custo de produção dessas unidades de exploração económica, dado que a supressão das pastagens requer que a alimentação dos animais seja agora assegurada pela aquisição de alimentos no mercado. Assim torna -se prioritário criar apoios aos produtores pecuários com vista à aquisição de alimentação animal. Neste contexto, o Ministério da Agricultura e da

Alimentação assegura a disponibilização de um apoio extraordinário para apoiar os agricultores cujas explorações se situem nos territórios afetados pela destruição causada pelos fogos rurais que estão a atingir o país, com uma dotação inicial de 500 mil euros e eventual reforço nos termos a definir. A presente portaria cria um apoio extraordinário a atribuir aos agricultores cujos efetivos pecuários foram afetados pelos incêndios ocorridos no território continental e regulamenta as respetivas condições de atribuição.- Podem beneficiar dos apoios previstos na presente portaria os detentores de explorações agrícolas com efetivos pecuários das espécies bovina, ovina, caprina e equídea, afetados pelos incêndios ocorridos no território continental, designadamente nas freguesias previstas no anexo à presente portaria, que desta faz parte integrante. Os candidatos ao apoio previsto na presente portaria devem cumprir as seguintes condições: a) Deterem efetivo pecuário identificado e registado na base de dados de apoio ao Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), quanto às espécies bovina, ovina e caprina; b) Deterem equídeos identificados e registados no Registo Nacional de Equídeos (RNE). 1 – O apoio previsto no presente capítulo assume a forma de ajuda forfetária, não reembolsável. 2 – O montante do apoio é calculado de acordo com os seguintes valores: a) Bovinos das raças de vocação carne: i) 33 € por macho ou fêmea com idade igual ou superior a 24 meses, registados no SNIRA em nome do produtor no dia 1 de agosto de 2022; ii) 22 € por macho ou fêmea com idade inferior a 24 meses, registados no SNIRA em nome do produtor no dia 1 de agosto de 2022; b) Ovinos e caprinos – 11 € por ovino ou caprino registado no SNIRA em nome do produtor no dia 1 de agosto de 2022; c) Equídeos – 33 € por equídeo identificado e registado em nome do produtor no Registo Nacional de Equídeos (RNE) até ao dia 8 de agosto de 2022. As candidaturas aos apoios previstos na presente portaria são submetidas eletronicamente através do formulário próprio disponível no portal do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), em www.ifap.pt. Freguesias do Concelho de Murça cujas áreas foram atingidas pelos incêndios: Carva e Vilares, Fiolhoso, Jou, Murça, Noura e Palheiros, Valongo de Milhais. As candidaturas a este apoio extraordinário encontraram-se abertas entre 17 e 24 de agosto de 2022, destinando-se aos detentores de explorações agrícolas com efetivos pecuários das espécies bovina, ovina, caprina e de equídeos, situadas nos concelhos afetados pelos incêndios rurais ocorridos no território continental e listados no anexo da Portaria.

8. Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2022, de 29/08/2022. 1 - Declara, em consequência dos danos causados pelos incêndios rurais registados no mês de agosto de 2022, a situação de calamidade no Parque Natural da Serra da Estrela, pelo período de um ano, para efeitos de reposição da normalidade na respetiva área geográfica. 2 - Determina a realização de um procedimento de inventariação dos danos e prejuízos provocados pelos incêndios rurais registados no mês de agosto de 2022 no Parque Natural da Serra da Estrela, bem como pelos incêndios registados nos concelhos com área ardida acumulada, em 2022, igual ou superior a 4500 ha ou a 10 % da respetiva área, aferida através do Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais ou do Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais. 3 - Estabelece que o procedimento previsto no número anterior visa a identificação das medidas necessárias ao nível da proteção

civil, atividade económica, famílias, emprego, equipamentos de resposta social, conservação da natureza e florestas, habitações, infraestruturas e agricultura, que se dividem em dois tipos: a) Medidas de resposta de emergência, destinadas a reparar os danos causados pelos incêndios nas atividades económicas, habitats, rede hidrográfica, habitações e infraestruturas, visando assegurar as condições básicas para reposição da normalidade da vida das populações e das empresas; b) Medidas estruturais de prevenção, de restauro e promoção da biodiversidade e da paisagem e de relançamento da economia. O procedimento previsto no n.º 2 é realizado no prazo de 15 dias pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competentes, pela direção regional de agricultura e pescas territorialmente competente, pelo Instituto do Turismo de Portugal, I. P., pelo Instituto da Segurança Social, I. P., pelo Instituto para a Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., e pela Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., em articulação com os municípios abrangidos.

9. Município reivindicou medidas urgentes de apoio em defesa do interesse dos proprietários e produtores. Face à dimensão sem precedente do fogo rural de 17 de julho, com danos e prejuízos, na floresta, nas explorações agrícolas, pecuárias e infraestruturas públicas, o Município de Murça realizou diversas reuniões de trabalho, com diversos ministérios, no sentido de reivindicar medidas de urgência, em vários domínios, de apoio às populações, nomeadamente: a) Medidas urgentes para a rápida estabilização de emergência na área ardida, corte e venda de material lenhoso, proteção de linhas e pontos de água, garantir a segurança na circulação na rede viária e caminhos florestais e agrícolas afetados, dado o risco de queda de arvoredo, entre outras; b) Medidas de resposta de emergência destinadas a compensar financeiramente as perdas, e, outras capazes de relançar a atividade económica (floresta, agricultura, pecuária e outras) e nas infraestruturas (rede viária municipal) visando assegurar as condições básicas para reposição da normalidade da vida das populações; c) Medidas de prevenção que minimizem o risco de incêndios, com intervenção ao nível da floresta, agricultura, pecuária e da proteção civil. Medidas capazes de dinamizar a economia da região, através de um projeto piloto inovador de ordenamento e gestão da paisagem e valorização dos recursos endógenos. Para o Município de Murça, as medidas e avisos existentes, concretamente para a floresta, agricultura, pecuária e infraestruturas públicas, são claramente insuficientes para dar resposta à calamidade. Neste sentido, o município defende que é de todo urgente a abertura de novos avisos e linhas de apoio direto às pessoas e entidades afetadas.

10. Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Município de Murça. Realizou-se dia 28 de junho de 2022, a reunião ordinária da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais do município de Murça, novo órgão de operacionalização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) à escala municipal. A reunião teve como primeiro ponto da ordem de trabalhos a instalação da Comissão e aprovação do Plano Operacional Municipal (POM) para o ano de 2022. Foi ainda apresentado e discutido o Plano Operacional Logístico, de resposta aos Fogos Rurais 2022, articulado com as Juntas de Freguesia.

11. Feira Franca Porca de Murça 2022. Edição do ano 2022 decorreu entre 8 a 10 de julho nas proximidades do centro histórico da Vila. O certame que homenageou o monumento ex-libris do concelho, e, ao mesmo tempo contribuiu para promover os produtos regionais valorizando as atividades económicas de Murça, regressou em 2022, depois de uma paragem devido à pandemia. A edição deste ano trouxe algumas novidades, a começar pela data da realização do evento, que habitualmente acontecia em maio na véspera do Dia do Município, mas este ano decorreu em simultâneo com a realização das principais festividades anuais do concelho, as Festas em Honra de Nosso Senhor dos Aflitos e de São Domingos. A realização no centro da vila e ao ar livre, um formato renovado e com um propósito de atrair ainda mais visitantes ao certame. Durante os três dias do evento, foi possível realizar provas de vinhos e de azeites, bem como apreciar a importância da castanha, dos frutos secos, da doçaria conventual, entre outros produtos regionais presentes.

12. Antiga Escola Primária de Sobreira foi reabilitada e servirá como espaço multiusos. Esta infraestrutura foi renovada mantendo a sua traça e identidade original, é um espaço multiusos que estará ao serviço da população para diversas atividades e eventos culturais e sociais. O edifício foi assim objeto de reabilitação, recuperando os espaços interiores e exteriores já existentes, para que a sua requalificação dê uma resposta mais diversa a novas utilizações. A Câmara Municipal de Murça, procurou dar uma nova vida a este imóvel que serviu de casa de ensino e aprendizagem a tantas crianças e jovens daquela localidade, construído no tempo do Estado Novo, num local privilegiado da aldeia, e que agora pretende ser um espaço que potencie diversas atividades de carácter social e cultural, ao serviço da população.

13. Campo de Férias de Verão 2022, decorreu de 4 a 29 de julho. Este tipo de iniciativas vai ao encontro dos objetivos do município, procurando uma ocupação saudável dos tempos livres das suas crianças e jovens, estimulando-os para a arte, vivências de grupo e interação com o outro, preservação da natureza e respeito pelos seus recursos, cultura e património através de dinâmicas lúdicas, desportivas e pedagógicas. Entre as atividades promovidas destacam-se os desportos individuais e coletivos, atividades aquáticas, sessões na Biblioteca, desfile de moda, zumba kids praia e piscina, visitas lúdicas e workshops, entre muitas outras.

14. Bolsas de Estudo do Ensino Superior. Ano letivo 2021/2022. O Município de Murça atribuiu bolsas de estudo a 54 alunos do Concelho que frequentam o ensino superior. Uma medida importante, pois a ajuda monetária atribuída aos bolseiros, revela-se uma ajuda fundamental para os alunos que pertençam a um agregado familiar com rendimentos mais reduzidos, promovendo a igualdade de oportunidades a todos os jovens que pretendam prosseguir os estudos no ensino superior. O valor total das bolsas atribuídas pelo município para o ano letivo de 2021/2022, foi de 35.899,20€.

15. Oferta de Livros de Fichas de Consolidação a alunos do 1.º e 2.º ciclo, ano letivo 2022/2023. O Município de Murça garantiu mais uma vez, a gratuitidade dos cadernos de fichas a todos os alunos do primeiro e segundo ciclos. Esta medida é fruto da importância estratégica que a educação representa,

fundamentada na promoção da igualdade de oportunidades e no sucesso escolar, e visa auxiliar as famílias nos encargos financeiros que despendem com os materiais escolares.

16. Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas. *Os jovens que participaram no programa “Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas”, distribuíram pelas ruas de Murça, uma série de materiais didáticos que elaboraram previamente, com o apoio dos técnicos da área florestal do Município. Aproveitando a grande presença da população na vila, fruto da realização da feira quinzenal, os participantes desta iniciativa procuraram maximizar o número de pessoas alcançadas, de todas as faixas etárias e oriundas de todos os pontos do Concelho. Os folhetos divulgavam os alertas e recomendações relacionados com as situações de seca e do perigo dos incêndios florestais, pretendendo-se sensibilizar a população para as necessidades de adequar os comportamentos a estes desafios. Ademais, as diversas equipas que atuaram na iniciativa, identificaram as medidas mais indicadas a tomar pela população, nos âmbitos da prevenção e da proteção destas calamidades naturais.*

17. Procedimento concursal comum para ocupação de 30 postos de trabalho para a categoria de assistente operacional. *Aviso n.º 16431/2022, de 22 de agosto. Diário da República, Publicação n.º 161/2022, Série II de 2022-08-22, páginas 259 – 264. Esteve aberto pelo prazo de dez dias úteis, contados da data de publicação do presente aviso no Diário da República, procedimento concursal comum para constituição de uma relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de trinta postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2022, na categoria de assistente operacional, da carreira geral de assistente operacional. O procedimento foi também publicado na Bolsa de Emprego Público, com o código da oferta OE202208/0588, e na página institucional do Município de Murça. Está a decorrer a fase de admissão / exclusão de candidaturas. A fase seguinte será a da prova de conhecimentos.”*

- O deputado do PSD, Francisco Rodrigues, cumprimentou todos os presentes e abordou os pontos 14 e 15 da Informação Escrita, que se transcreve:

“Escolhi estes pontos para a minha intervenção, pois ambos estão relacionados com a grande aposta deste executivo na educação.

E falar sobre estas medidas na educação sem antes falar da intervenção concluída na Escola EB 2/3 e Secundária de Murça seria um erro, na minha opinião.

Começo por dar um bem-haja a todos os envolvidos nesta obra de grande valia para o Concelho de Murça, principalmente para todas as crianças e adolescentes do nosso Concelho, bem como todos os funcionários do Agrupamento, pois assim terão todos os envolvidos, todas as condições para realizarem o seu digno trabalho em perfeitas condições.

Dizer também que esta obra acabou no tempo em que estava agendado e com o maior investimento de sempre feito no nosso Concelho (2.8 milhões de euros) onde foram intervencionadas todas as áreas e equipamentos, refiro-me às salas de aulas, laboratórios, o pavilhão gimnodesportivo, o polivalente, a cozinha e refeitório, bem como a criação de um novo acesso exterior, que facilitará a circulação dos alunos entre a escola e o também novo Interface, criando assim melhores condições aos alunos em dias de chuva, por exemplo.

Ainda sobre esta obra é importante salientar a preocupação ambiental que existiu, pois num primeiro projeto do anterior executivo não contemplava a demolição e substituição das placas de fibrocimento, coisa que acabou por acontecer com um novo projeto feito por este Executivo.

Sobre o ponto 14, dizer primeiramente que tenho pena de antigamente não receber este apoio e ainda bem que agora são 54 jovens universitários a receberem, no meu tempo eram 10 o número de bolsas (ano 2017). Fico contente que mais jovens e famílias sejam ajudadas, mas deixo aqui um desafio, pois gostava que esta bolsa fosse alargada a todos os jovens universitários do nosso Concelho não olhando para a necessidade, mas sim para a luta de todos os universitários se formarem. Todos eles iriam ficar certamente orgulhosos.

Para finalizar falar do último ponto, o ponto 15, mais uma vez o Executivo está de parabéns e quem agradece são as crianças do 1º e 2º ciclo, pois veem mais um ano a serem fornecidos os livros de fichas, evitando assim mais um encargo para as famílias. E por falar em encargos para as famílias destas crianças e jovens do nosso Concelho, termino a salientar também, a isenção dos passes escolares, onde mais uma vez quem sai a ganhar são as crianças e jovens do nosso Concelho”.

Ausentou-se da sessão o deputado do PS, Tiago Meireles

- O deputado do PS, Rui Ramos, parabenizou o Sr. Presidente relativamente aos pontos 5 e 8 da Informação Escrita, que têm a ver com o incêndio. Reitera a intervenção da deputada Sónia Pinto na qual nomeou todas as entidades envolvidas, sem exceção. Todos estivemos muito bem, incluindo a própria população. Fez-se o que se pode, contra este tipo de situações. É ingrata a luta, porque por vezes tudo é pouco e neste caso não foi o suficiente. Foi uma altura muito triste, para o Município. Agora, é procurar aproveitar ao máximo os 200 milhões que aí vêm, recuperando a floresta, envolvendo toda a população, associações de baldios, de forma abrangente e ordenada, para que não volte a repetir-se e de forma sequencial. Deixou um reparo, referindo que no ponto de água de Mascanho, a AdIN está a construir uma ETA e que, naquele ponto de água, para além de estar a ser construído uma ETA ao lado de um tanque, que era utilizado antigamente pelo Bombeiros e outras entidades, para irem atestar e principalmente os meios aéreos irem atestar, para irem fazer as

descargas de água no combate aos incêndios. Essa edificação, naturalmente carece de um licenciamento da Câmara Municipal, daí também ser uma responsabilidade vossa. No entanto, aquilo que ali foi edificado não permite que os helicópteros possam ir buscar água e isso deveria ser levado em conta. Se a AdIN está a edificar ali e retirou a possibilidade dos helicópteros poderem atestar, devem procurar uma forma de manter aquele ponto de água, que antes existia e agora não existe. Referiu ainda, a sorte que tiveram relativamente à Serra da Garraia e deu os parabéns a todos os envolvidos nos baldios de Palheiros. É verdade que o incêndio chegou a uma determinada hora e com uma determinada força, mas se calhar não foi só sorte, a Serra da Garraia não ter ardido.

- O deputado do PS, André Lage, disse que, na informação escrita consta a realização da Feira Franca Porca de Murça. Este ano a feira teve uma nova data e um novo formato e gostaria que o Senhor Presidente fizesse o balanço desse certame que decorreu, durante as Festas da vila de Murça e ainda, se pondera voltar ao formato antigo ou repetir este formato, no próximo ano.

- A deputada do PS, Paula Catarino, referiu o seguinte: *“No Ponto 6 o Sr. Presidente refere o corte brutal de 450.000,00€, de referir que a Bancada Parlamentar do PS também lamenta o referido corte. No entanto, importa referir que o corte nas transferências correspondem a uma série de fatores, entre eles por exemplo: O FEF que sofreu uma redução de 29.088,00€ e é composto 50% pelo Fundo Geral Municipal e 50% pelo Fundo de Coesão Municipal e que o valor está relacionado, entre outras, com os níveis de funcionamento e investimento de cada município e com a forma de corrigir as assimetrias em prol dos municípios menos desenvolvidos. O Fundo Social Municipal sofreu um corte de 39.342,00€, que o mesmo tem em consideração o número de crianças e jovens inscritos na rede de saúde municipal, entre outros. Estas verbas estão ainda relacionadas com o IRS dos residentes no Concelho, do IVA, por conseguinte, é urgente atrair mais pessoas a morar e fixar-se neste Município, ou vamos continuar a ver descer estes valores.*

Sabemos e temos consciência de que o valor transferido é pouco para as necessidades deste Concelho, mas não é correto dizer que existiu um corte de 450.000,00€ e as competências transferidas são cada vez mais, porque relativamente às competências transferidas, também falta mencionar o valor de 126.444,00€ na Saúde, 551.562,00€ na Educação e 19.666,00€ na Ação Social, o que totaliza o Fundo para o financiamento da descentralização de 697.672,00€, verba que não está referida no mapa de transferências para os Municípios.”

- O deputado do PSD, Carlos Silva, referiu o seguinte:

“Ponto 6 - É lamentável que o Governo do Partido Socialista tenha feito um duro corte nas transferências do Orçamento do estado para o ano de 2022, ao nosso Concelho.

Um Governo que diz ter uma grande preocupação com o interior do País e na sombra desta preocupação e do seu discurso, vai cortando no já minguo montante que é atribuído ao nosso Concelho. Ao mesmo tempo vai continuando a transferir novas competências com mais despesa e menos receita. Torna-se complicado assim, gerir e projetar o Concelho para objetivos mais sustentáveis.

Com toda a certeza que com estas medidas implementadas por este Governo do PS, os investimentos públicos no nosso Concelho vão ser mais difíceis de concretizar. Mas, Sr. Presidente, eu tenho a certeza que V. Exa. não vai baixar os braços com este ataque feroz do Governo ao nosso Concelho e que os projetos que tem delineado, os vai realizar para o bem deste Concelho.

Ponto 12 – Sinto em mim uma grande alegria quando vejo equipamentos que estavam sem utilização serem colocados ao serviço das populações, depois de recuperados. São estas ações que definem o bom aproveitamento dos dinheiros públicos. Parabéns à Câmara e à população de Sobreira, por terem um equipamento que vai estar disponível para práticas sociais e culturais.

Ainda bem que este executivo tem procurado, dentro das suas disponibilidades, atuar em muitas frentes, para satisfazer e criar melhores condições de vida e acessibilidades às populações. É o caso do acesso a esta localidade de Carva, que já vinha sendo prometido há mais de vinte anos e que este Executivo executou para bem desta população. Parabéns por esta obra e por muitas, que tem realizado."

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, lamenta os fogos que ocorreram no nosso Concelho. Quanto à Feira Franca disse que, a opção foi dar uma dinâmica diferente. Em termos financeiros custou cerca de 73 mil euros. Disse que, embora se tenham cometido falhas pode dizer-se que o balanço é positivo. É uma feira livre, sem se pagarem impostos e onde os produtores/expositores vendem os seus produtos e os promovem de forma significativa. Tem consciência que foi uma feira de "recurso" e que as infeções por COVID-19, ainda condicionaram bastante. Reconhece que houve constrangimentos com as temperaturas elevadas, mas o balanço é positivo, com muita gente de fora que nos veio visitar, mesmo com todos os constrangimentos da COVID-19. Respondeu que, no próximo ano, irá tentar manter esta data. Quanto à questão do corte do FEF, respondeu que aquilo que é certo, independentemente das razões, Murça, no próximo ano, irá receber menos 470 mil euros do Estado e isto é dramático. Esta redução é significativa, no orçamento da Câmara Municipal e é necessário reverter esta situação. As verbas que se prendem com o objetivo coesão deveriam aumentar e nunca diminuir. Mais disse que, foram discutidas estas reduções de verbas na CIMDOURO e mostraram o seu desagrado, reiterando que não se irão calar. Quanto à Escola de Sobreira, referiu que é um bom exemplo daquilo que têm de replicar, também em outras antigas Escolas Primárias que há no nosso Concelho.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, disse que, na Freguesia de Jou recuperaram-se 3 Escolas, que estão à disposição das populações. A Escola onde funciona o CAI, pese embora o acidente que aconteceu com o fogo que ali houve, assim como a Escola de Penabeice e a de Vale D'Égua como espaços de convívio. Mais disse que, o anterior executivo ao fazer esta passagem das Escolas para as Juntas de Freguesia, deixou uma ressalva, para que fossem constituídas associações e isso foi importante. Sugeriu que se criem outras associações e que esses espaços lhes sejam entregues e geridos, por elas.

2 - Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 28 de dezembro de 2017;
(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

3 - Eleição do Representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação;
(Alínea d) do nº 1 do art.º 57, do Decreto-lei nº 21/2019 de 30 de janeiro)

“Foi entregue à mesa, uma lista para colocar à votação”.

Pelo Partido Social Democrata: à qual é aposta a sigla PSD, para efeitos de votação:

Efetivo – Helena Cristina Alves Teixeira

Votação:	
Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Resultado: aprovada por unanimidade

Declaração de voto:

_____ //

Período de Intervenção do Público

- O cidadão, Sr. António Borges Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e disse que, se a sessão fosse em horário pós-laboral, mais pessoas estariam presentes. Relativamente ao saneamento, disse que quando os responsáveis da empresa vieram cá ver aquela situação não disseram que a limpeza das fossas era responsabilidade deles, pois se assim fosse ele não tinha comprado o tubo, feito a obra e gasto aquele dinheiro. Mais disse que, quando ele os levou ao local disseram que em vez de ser bombeada deveria sair por gravidade, mas para isso teria de ser a Câmara a fazer o projeto e não a empresa. Disse que, ele gastou o dinheiro e continua a ter problemas porque a bomba não consegue bombear a água e ele está a pagar de duas maneiras: a luz e o saneamento. Insistiu que, por causa de 350 metros de tubo por pôr, há naquela rua 8 habitantes sem saneamento e a Câmara deveria fazer alguma coisa para resolver aquela situação. Disse ainda que, as ruas da aldeia estão muito danificadas, apelando a que, pelo menos na rua principal, fosse colocado alcatrão sobre a calçada porque ela está aos altos e baixos e a danificar os carros, constantemente. Disse que, estão abertos os fontanários em diversas aldeias e aqui na Carva estão fechados, Porquê? É inaceitável o valor que pagam de água quando a podiam ter de graça. A Carva tem água em abundância e não precisa de ser bombeada ela desce pela gravidade, pelo que a empresa não precisa gastar muito para prestar esse serviço e não se compreende terem de a pagar tão cara. Compuseram a rua Vale de Cabêda e fizeram um regato de cerca de 50 cm de altura pondo em perigo as viaturas que por lá passam, assim como na estrada de Carva para Perafita, há uma caixa de águas pluviais a céu aberto sem tampa, há mais de oito anos, ninguém faz nada e este assunto até está em ata. Referiu que, durante quatro anos fez parte da Junta e por duas ou três vezes não assinou a Ata, porque nas reuniões discutiam-se uns assuntos e na Ata apareciam outros, recusando-se a assina-las. Mais disse que, a Junta de Freguesia mandou cortar as ervas do cemitério e deixou as sepulturas cheias de areias, sem qualquer cuidado e brio e o Sr. Presidente da Junta, deveria ter o cuidado de ir verificar como é que os trabalhos são feitos. Disse também que, seria bom que visitassem a aldeia e vissem o estado dos caminhos. A estrada principal é verdade que está melhor, mas é preciso não esquecer que

quando foi alcatroada tinha mais 20 cm de cada lado e agora não se cruzam dois carros sem irem à valeta.

- O cidadão, Sr. Moisés, disse que, no fundo do povo há um caminho com apenas 300 metros que é demasiado estreito e na altura dos incêndios os carros dos Bombeiros tiveram que fazer quatro quilómetros para ir buscar água. Também no centro do povo há um outro caminho cheio de silvas onde nem sequer passa um trator. Solicitou que visitassem o local e resolvessem aquela situação, não faz sentido fazer quatro quilómetros, quando se poderia fazer apenas 300 metros se aquele caminho fosse alargado.

- O Presidente da União de Freguesias de Carva e Vilares, José Sousa, cumprimentou todos os presentes e respondeu ao Sr. Moisés que, na aldeia de Vilares, há muito tempo que não se viam caminhos tão limpos. Quanto ao que disse o António Gonçalves, respondeu que não é verdade e que não existem Atas por assinar. A funcionária transcreve sempre tudo o que se diz. Quanto às obras nas ruas, disse que não se pode fazer tudo quanto se quer e quando se quer.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, referiu que, a Câmara Municipal procedeu, no início da sessão, à entrega de cadernos reciclados a todos os elementos. Relativamente às fossas sépticas disse, que se não houver saneamento disponível e o serviço for cobrado, a AdIN tem a responsabilidade de as mandar limpar, gratuitamente. Mais disse que, a ETAR não está a funcionar, que no inverno ela fica submersa, mas que a breve prazo a AdIN irá requalifica-la. Quanto à aplicação de alcatrão em cima dos paralelos, disse que em alguns casos, pode fazer-se. Quanto à questão do Sr. Moisés reitera que é complicado virem as máquinas e os proprietários não permitirem a passagem.

//

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

3 – Eleição do Representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação;

(Alínea d) do nº 1 do art.º 57, do Decreto-lei nº 21/2019 de 30 de janeiro)

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>21</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>21</i>

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, sobre o índice de transparência Municipal, realçou a notícia de 28 de setembro 2022, lendo apenas o primeiro parágrafo: "*o Município de Murça foi distinguido com dois prémios de reconhecimento, atribuído às Câmaras Municipais com "Maior Índice de Transparência", tendo conquistado o primeiro lugar entre as autarquias com menos de trinta mil habitantes e a primeira posição na classificação geral nacional, nos 308 municípios portugueses*". Esta distinção é do Município e dos munícipes, por isso estamos todos de parabéns. Antigamente a grandeza das localidades/aldeias media-se pela grandiosidade das Escolas Primárias e das Igrejas ou Capelas; conforme se verifica pelo edifício desta escola, com duas salas bastante amplas, conclui-se que a localidade de Carva

continua a ser grande e, em tempos idos, teve muitas crianças que enchiam estas salas. Reforça que sempre houve colaboração com todas as Juntas de Freguesia, onde viemos fazer a Assembleia Municipal nas diferentes localidades. Agradeceu a ajuda e colaboração e lembrou que no final há um lanche convívio, promovido pela Junta de Freguesia, convidando todos a participar. Deu por encerrada a sessão, agradecendo a presença e a participação de todos.

Os trabalhos encerraram às 18:40 horas, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



António Augusto Ribeiro

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal



Cláudia Alexandra da Cruz O. G. e Vilaverde

